

“Fora!” “Basta!”: a atuação da imprensa brasileira no golpe de 1964 e na ditadura militar (1964-1985)

*Regina Célia Daefiol**

1

Resumo

A memória consagrada tem na imprensa uma grande força de resistência à ditadura militar por ter enfrentado a censura e defendido a liberdade de expressão. Considerando que a escrita da História envolve o exercício crítico de questionar visões cristalizadas sobre o passado, problematizar essa memória é fundamental para entender um dos períodos mais conturbados e complexos já vividos pelo Brasil. Construída ao longo dos anos pelos próprios veículos de comunicação, essa memória de resistência traz um apagamento da participação da grande imprensa no processo que culminou com o golpe de Estado civil-militar de 1964 e também da sua adesão à ditadura. Este artigo abordará o posicionamento de alguns dos principais jornais brasileiros no período de articulação do golpe e como a atuação da imprensa colaborou no desenrolar do processo que culminou em 21 anos de ditadura. Como contraponto será analisada a postura da imprensa alternativa, que teve atuação diametralmente oposta à dos grandes veículos de comunicação, abraçando a luta de resistência ao regime autoritário.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Imprensa; Imprensa Alternativa; Golpe de 1964.

Abstract

The press holds an important role for the consecrated memory, it represents resistance to the military dictatorship for having faced censorship and defended freedom of expression. Considering that the History writing involves the critical exercise of questioning crystallized visions about the past, problematizing this memory is essential to understanding one of the most troubled and complex periods ever experienced by Brazil. Constructed over the years by the communication vehicles themselves, this memory of resistance brings an erasure of the participation of the mainstream press in the process that culminated in the civil-military coup d'état of 1964 and also of its adherence to the dictatorship. This article will address the positioning of some of the main Brazilian newspapers in the period of the coup articulation and how the role of the press collaborated in the unfolding of the process that culminated in 21 years of dictatorship. As a counterpoint, the alternative press posture will be analyzed, which acted diametrically opposite to that of the great communication vehicles, embracing the struggle of resistance to the authoritarian regime.

Keywords: Military Dictatorship; Press; Alternative Press; Coup of 1964.

* Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Estadual de Londrina (1989), graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (2019), mestre em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (2021) e doutoranda em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (2022).

Introdução

Antes de adentrarmos na discussão proposta por este artigo, se faz necessário discorrer brevemente sobre os debates historiográficos em torno do termo adotado para se referir ao regime instaurado no país depois do golpe de Estado civil-militar de 1964, que depôs o governo constitucional de João Goulart (1961-1964). Os debates ganharam corpo a partir dos anos 2000 e ainda hoje persistem divergências ao se atribuir sentido ao conceito de ditadura – este, sem dúvida, um consenso entre os historiadores – para definir o período de exceção instaurado entre 1964 e 1985: teria sido uma ditadura militar ou uma ditadura civil-militar?

As discussões em torno da natureza da ditadura voltaram à cena uma década depois, quando se completavam 50 anos do golpe civil-militar (2014) e 30 anos do fim do regime autoritário (2015). Naquele contexto a tese da legitimação social e da participação civil nos governos da ditadura ganhou força, quando novas teses analíticas passaram a disputar espaço com leituras já consagradas. Paralelamente, ocorreu também a publicação de um vasto volume de material sobre o período autoritário pela imprensa, o que contribuiu para levar os debates para além do ambiente da academia.

No campo da historiografia havia basicamente dois polos de discussão. De um lado, estavam historiadores que entendiam que o regime imposto ao Brasil pós-64 foi uma ditadura militar. Carlos Fico, um dos principais estudiosos do período, foi um dos defensores dessa tese analítica. De outro, historiadores como Daniel Aarão Reis, outro importante estudioso do tema, que defendiam o caráter civil-militar do regime. Reis lançou, em 2014, a obra *Ditadura e Democracia no Brasil*, propondo novas perspectivas analíticas sobre o período.

Carlos Fico defendia que o golpe foi civil-militar, mas que não há fatos históricos que sustentem a tese de que a ditadura também teve um caráter civil-militar, uma vez que os militares foram sempre os responsáveis pelas decisões estratégicas de governo e pelas políticas de Estado. E mesmo a presença de civis nos cargos de governo, de acordo com Fico, deve ser pensada como a participação de uma classe muito específica, as elites empresariais e seus tecnocratas (FICO, 2004), fato que ocorreu também em outros governos do período republicano. Os verdadeiros governantes do período foram os militares, independente de muitos cargos de relevância, especialmente no governo Castelo Branco, terem sido dados a “homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais” (FICO, 2004, p. 10), atendendo os interesses dos setores que participaram da articulação do golpe de 64².

² René Armand Dreifuss (1981) em seu robusto estudo sobre o tema, demonstrou que cargos do primeiro escalão dos governos militares foram ocupados por civis integrantes do sistema IPES/IBAD (ver DREIFUSS, 1981).

Apesar dessa presença civil nos governos, as crises do período foram resolvidas à maneira militar, sem contar que a institucionalização do aparato repressivo ao longo dos anos da ditadura também revela o caráter militar do regime, assim como o número cada vez maior de militares que passou a ocupar cargos relevantes nos governos (FICO, 2004). Portanto, assim como é possível “falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar.” (FICO, 2004, p. 11).

No outro polo dos debates, os postulantes da corrente analítica que entende o regime como uma ditadura civil-militar defendiam que, além do apoio de setores da sociedade ao golpe de Estado, a participação de civis em cargos relevantes dos governos militares foi um fato determinante do caráter civil do regime. Na visão de Daniel Aarão Reis, outro aspecto a ser considerado é que a sociedade brasileira deu legitimidade à ditadura e que este fato deixou de ser considerado pela historiografia. Em entrevista concedida ao jornal carioca *O Globo* em 2014, o historiador afirmou que

A história da ditadura que ainda permanece hegemônica no Brasil, encarnada em grande parte pelo Arquivo Nacional e em certa medida pela Comissão Nacional da Verdade, se recusa a considerar a ditadura nas suas complexas relações com a sociedade brasileira. Imagina que a ditadura foi imposta de cima para baixo e enfatiza, quase que exclusivamente, a resistência à ditadura. (CAZES, 2014, online)

A legitimação social que deu sustentação ao regime autoritário deve, em nossa concepção, ser analisada sim sob a perspectiva da complexidade das relações entre sociedade e ditadura, mas considerando que foram relações permeadas pelo cerceamento das liberdades, pela propaganda ideológica e pelo uso da força e da repressão. Quando se fala em legitimação social, seja pela aceitação ou pela indiferença ao regime autoritário³, não se pode deixar de considerar que a sociedade foi alvo do uso massivo da propaganda ideológica pelos governos autoritários, especialmente no período em que a televisão registrou uma expansão extraordinária no Brasil, graças ao investimentos em infraestrutura do setor de telecomunicações feitos pelos militares, e passou a atingir um público cada vez maior nos mais distantes recantos do país⁴.

O fato de a ditadura ter contado com legitimidade social, por si só, não confere ao regime um caráter civil. Carlos Fico defende que deve ser considerada a participação dos sujeitos históricos no regime instaurado depois do golpe de Estado.

³ Aqui podemos estabelecer uma relação com a discussão sobre ambiguidade e *pensar duplo* no apoio a regimes autoritários, proposta pelo historiador francês Pierre Laborie, que abordaremos mais adiante neste artigo.

⁴ Mais adiante abordaremos a questão da expansão da televisão e de como os investimentos dos militares em infraestrutura das telecomunicações beneficiou os grandes grupos do setor.

Por que o golpe foi civil-militar? Por que houve apoio da sociedade? Não. Apoio houve, mas não é por isso que o golpe foi civil-militar. Foi civil-militar porque os civis deram o golpe também. A natureza do evento golpe de Estado de 1964 é dada pela participação de sujeitos históricos, alguns militares e alguns civis. [...] Então, o golpe foi executado também por civis, mas o regime que se seguiu foi eminentemente militar. Logo depois do golpe, os próprios civis que participaram foram paulatinamente afastados, entre os quais Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, além de outras lideranças civis. Tudo foi decidido pelos militares. Não havia nenhuma possibilidade de negociação. Os militares, a partir da prorrogação do mandato de Castelo Branco, assumiram definitivamente o poder institucional para legislar e fazer o que quisessem. Então, falar em ditadura civil-militar é uma cautela que me parece equivocada por essa razão. (FICO, 2013, p. 469-470)

Outro fato demonstra que os militares, além de serem quem determinava os rumos do regime, não estavam dispostos a compartilhar o governo com os civis. Em 1969, quando Costa e Silva afastou-se da presidência da República por motivos de saúde, vindo a falecer depois, o vice-presidente civil, Pedro Aleixo, foi impedido de tomar posse. O governo do país foi assumido por uma junta militar composta pelos ministros do Exército, Aeronáutica e Marinha. Um presidente civil estava fora de cogitação no contexto da ditadura instaurada.

Por concordarmos com a interpretação proposta por Carlos Fico, adotamos neste trabalho a nomenclatura ditadura militar. Adotar o termo não significa, no entanto, deixar de considerar o apoio dado ao regime autoritário pelos mais diversos setores da sociedade civil – empresários, entidades representativas do setor empresarial, igreja, imprensa, boa parte da classe média. Muitos desses segmentos só deixaram de apoiar a ditadura a partir de pressões internas e externas por conta das crescentes denúncias de violações aos direitos humanos praticadas pelos agentes do regime. Muitos desses segmentos da sociedade foram mais que apoiadores, alguns deles colaboraram de forma direta com a ditadura, mas esse fato não atribui um caráter civil ao regime.

Considerando a discussão proposta por Carlos Fico, podemos afirmar que a imprensa, naquele período, foi um sujeito histórico cujas ações foram determinantes nos rumos dos processos políticos. Diferentemente do que ocorre em países como os Estados Unidos, por exemplo, a imprensa brasileira não tem como prática assumir declaradamente um posicionamento político-partidário em nome de uma suposta neutralidade. Essa postura deve ser considerada no trabalho historiográfico com as fontes da imprensa para que se possa compreender “as ambiguidades entre a pretensa e falsa neutralidade e o conteúdo ideológico [...]; as tensões entre informação e opinião; a dialética entre investigação e reelaboração de sentidos” (BARROS, 2023, p. 8).

A despeito de negar um alinhamento político-ideológico, a grande imprensa sempre agiu politicamente, desempenhando papel preponderante no rumo dos acontecimentos recentes da história da República. Assim foi na articulação do golpe de Estado civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart e preparou o terreno para a instauração da ditadura militar entre 1964 e

1985; e também no golpe de 2016 que depôs a presidente Dilma Rousseff, desferido por meio de um processo de *impeachment* discutível do ponto de vista legal, e pavimentou o caminho para a eleição do político de extrema-direita Jair Bolsonaro para a Presidência da República, em 2018. Tanto em 1964 quanto em 2016, os principais veículos de comunicação lançaram mão de todos os seus recursos e esforços para interferir no jogo político, apoiando os que passaram por cima das regras do Estado de direito.

Sobre o processo que levou à destituição de Dilma Rousseff da presidência da República, o cientista político Danilo Martuscelli afirma ser possível qualificá-lo como um golpe de Estado, pois houve

o uso casuístico ou oportunista da legislação nacional e da Constituição referente ao *impeachment*. Um dos aspectos fundamentais da tática adotada pelas forças golpistas foi a de caracterizar expedientes amplamente utilizados por governos em nível federal, estadual e municipal em várias gestões, como são os casos das pedaladas fiscais e dos decretos de crédito suplementares, como crimes de responsabilidade e como alegação suficiente e crível para interromper o mandato de Dilma. Outro aspecto importante foi o conluio criado pelo aparato judicial e a mídia corporativa com vistas a legitimar todas as iniciativas tomadas pelos maiores defensores da moralidade pública (os membros do judiciário) e transmitir a ideia de lisura técnica de todo o processo que, embora implicasse a decisão dos congressistas, tinha o aval do judiciário – afinal as instituições estavam funcionando muito bem. (MARTUSCELLI, 2020, p. 98).

O golpe contra Dilma Rousseff evidenciou permanências do passado autoritário da ditadura, cuja transição foi marcada pela conciliação e, principalmente, pela impunidade (FICO, 2012). Passado este, que continuou reverberando no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, defensor declarado da ditadura e dos que cometeram crimes durante o período. A Lei de Anistia, de 1979, foi um dos pilares da legalização da impunidade; foi construída durante o governo de Ernesto Geisel como forma de garantir que agentes do Estado que cometeram crimes em nome da ditadura não fossem punidos e, ao mesmo tempo, que o processo de abertura política estivesse sob seu controle. Esse passado que insiste em voltar a assombrar o presente, obriga o país a se defrontar com a fragilidade de sua democracia, que ficou evidente durante os quatro anos do governo Bolsonaro, permeados por ameaças golpistas, e nas manifestações e atos terroristas de grupos de extrema direita que pediam intervenção militar para anular as eleições presidenciais de outubro de 2022 por discordarem do resultado das urnas diante da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Pediam a volta dos militares ao poder, numa referência ao período autoritário, como se representasse uma espécie de “era de ouro” do Brasil. Esse passado autoritário ainda ressoa, entre outros fatores, porque a impunidade legitimou atos criminosos cometidos pelo Estado em nome da ditadura.

Se hoje a imprensa entende que ações antidemocráticas, como as ações golpistas da extrema direita, devem ser combatidas e denunciadas, no passado recente não só apoiou um golpe de Estado como também foi um agente político determinante no processo de instauração de uma ditadura militar. É a esse passado que dirigimos o olhar neste artigo, que analisará a atuação da grande imprensa no processo que culminou no golpe de 1964 e na ditadura militar instaurada logo depois. Tema que, por sua ressonância nos dias atuais, encontra-se no escopo dos estudos da História do Tempo Presente e que, como tal, requer atenção para as disputas de memória. Necessário se faz ressaltar que a construção da memória se dá por meio de um processo seletivo, em que atuam silêncios e “ressignificações feitas a partir de interesses específicos do presente, que podem dar aos vestígios do passado um sentido diferente dos fatos” (DAEFIOL, 2022).

A grande imprensa forjou em torno de si uma memória de resistência à ditadura, com base na ideia de que os veículos de comunicação travaram brava luta contra a censura e pela defesa da liberdade de expressão e dos valores democráticos. Essa memória, que começou a ser construída a partir do momento em que a ditadura passou a ser um tema em questão na sociedade, serviu para o apagamento de outra memória, está bastante incômoda: o apoio da imprensa ao regime autoritário e sua decisiva atuação no processo que culminou com o golpe de Estado que derrubou João Goulart. A memória de resistência esconde a ambiguidade que existiu na relação entre os veículos de comunicação e o regime autoritário e deve ser problematizada para que se possa compreender a complexidade daquele momento.

Fontes como reportagens, editoriais e manchetes publicados por jornais na época, demonstram o papel determinante da imprensa corporativa na campanha de desestabilização do governo Goulart, que culminou com o golpe de Estado, e também como apoiadora do regime instaurado logo após. Considerando que o historiador lança mão da análise de um conteúdo jornalístico “de uma outra época em busca de discursos” (BARROS, 2023, p. 23), podemos afirmar que a atuação da imprensa foi decisiva na disseminação da ideia de uma “ameaça comunista” que pairava sobre o país, representada pelo governo de João Goulart, e que a intervenção militar era o único recurso para “restabelecer a ordem”.

O principal artífice dessa campanha empreendida pela imprensa foi o complexo IPES/IBAD⁵. René Armand Dreifuss demonstrou que a imprensa fez ampla difusão do ideário

⁵ O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) foi uma “organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de ‘defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart’, através de um ‘aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo’. (...) A nova organização foi recebida com entusiasmo pelos jornais cariocas O Globo, Jornal do Brasil, Correio da Manhã e pelo arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara (...) após o triunfo do movimento militar de março de 1964, de cuja preparação participou ativamente, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972” (CPDOC, FGV. Verbetes). O IBAB

ipesiano, dando grande cobertura “a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e ideias. Através da mídia audiovisual [a elite orgânica] organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo”. (DREIFUSS, 1981, p. 244-245). O papel da mídia foi preponderante na instauração de um ambiente político favorável ao golpe de Estado, tendo sido “essencial para a propagação da tese do comunismo de Goulart, de estarmos à beira do abismo e toda essa ideologia anticomunista que se propagou muito fortemente” (FICO, 2013, p. 473).

Nos materiais publicados que serão analisados nas próximas seções deste artigo é possível constatar que, além de terem apoiado o golpe, os principais veículos de comunicação da época mantiveram uma relação amistosa e ambígua com a ditadura militar, contrariando a memória de uma atuação de heroica resistência. Como contraponto, será analisada a postura de oposição e resistência adotada pela imprensa alternativa, que registrou expressivo crescimento durante a ditadura militar, tanto em número de publicações quanto em volume de produção.

Memória construída *versus* fontes

O período imediatamente anterior ao golpe de 1964 foi marcado por grande turbulência política. A América Latina encontrava-se sob estreita vigilância dos EUA, em meio a disputas ideológicas com a URSS no contexto da Guerra Fria. Após o que havia ocorrido em Cuba a partir da revolução nacionalista, a poderosa máquina de propaganda estadunidense atuava para disseminar a ideia do perigo iminente de uma “comunização” do continente. O Brasil não passou ao largo dessa campanha. A partir do governo de John Kennedy o país foi alvo de ações “preventivas” por parte dos EUA, com o objetivo de evitar a expansão de movimentos revolucionários que pudessem abrir caminho para o avanço comunista. A principal delas foi o programa de desenvolvimento Aliança para o Progresso. Nesse contexto, o governo de João Goulart também foi alvo das campanhas anticomunistas estadunidenses, especialmente após a incorporação de pautas defendidas por setores populares e identificadas com o trabalhismo, traduzidas nas Reformas de Base.

O então presidente da República era visto como um político de relações muito próximas com o sindicalismo e que poderia abrir caminho para o crescimento de organizações comunistas no país. Havia um temor de que Goulart implantasse uma “república sindicalista” e acabasse suplantado pelos seus aliados comunistas,

(Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foi fundado “em maio de 1959 por Ivan Hasslocher com o objetivo de combater a propagação do comunismo no Brasil. Financiado por contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, intensificou suas atividades em 1962 através da Ação Democrática Popular (Adep), sua subsidiária, que interveio ativamente na campanha eleitoral daquele ano, patrocinando candidatos que faziam oposição ao presidente João Goulart. Foi fechado, juntamente com a Adep, em 20 de dezembro de 1963, acusado de ‘exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade’” (CPDOC, FGV. Verbete).

ideia que só pode ser compreendida à luz da “paranoia da Guerra Fria”. (DAEFIOL, 2021, p. 29).

A campanha de desestabilização do governo Goulart, que teve à frente o complexo IPES/IBAD, em articulação com setores da elite e dos militares, e apoio explícito da imprensa, desenrolou-se em meio a disputas em torno de projetos de desenvolvimento para o Brasil que opunham, de um lado, demandas populares e identificadas com o trabalhismo, e, de outro, ideias que tinham bases “na associação do grande capital nacional com o internacional e na concentração de renda” (DIAS, 2008, p. 39). As políticas do governo de Goulart eram atacadas sob o pretexto de que subverteriam a ordem social e colocariam em risco a economia de mercado e a propriedade privada (NAPOLITANO, 2014). O desenlace dessa disputa se deu com o golpe de Estado e o grupo “vencedor” impôs seu projeto político e de desenvolvimento para o país, o que resultou no longo período da ditadura militar.

A participação da imprensa nesse processo foi decisiva e sua ação se dava, principalmente, por meio da publicação de artigos de opinião e editoriais. Nesses espaços, era disseminada a ideia de que o país vivia um caos político e administrativo, solúvel apenas com uma intervenção militar, e que pairava sobre o Brasil uma “ameaça comunista”. Um exemplo desse tipo de material opinativo, que ia muito além da função de informar, é o artigo do economista Eugênio Gudin, publicado pelo jornal *O Globo* em janeiro de 1964, que acusava João Goulart de tentar “bolchevizar” o Brasil.

Estão, portanto, de parabéns, no limiar deste ano, os brasileiros que conseguiram transpor 1963 e emplacar 1964 surrados e empobrecidos, é verdade, mas ainda em plena capacidade de defesa (...) Temos tido governos inertes, que pecaram largamente por omissão, deixando de aproveitar belas oportunidades para agir em benefício do país. Mas nunca tivemos, de meu conhecimento, na República ou no Império, um governo tão encarniçadamente decidido a destruir, desmoralizar e até prostituir tudo quanto neste país existe de organizado. Pouco antes de renunciar à Presidência, disse o sr. Jânio Quadros que recusar-lhe os poderes que pedia era marchar para a bolchevização com o Sr. João Goulart, que estava então em Pequim enaltecendo aquele regime de Governo. Pois saiba o dito sr. Jânio Quadros, de triste memória, que o dito sr. João Goulart ainda não conseguiu, ao fim de dois anos e pouco, malgrado seu esforço ininterrupto, bolchevizar o Brasil. Não se lhe pode negar, como bem afirmou há poucos dias o Sr. Sobral Pinto, ter iniciado essa bolchevização. Pelo jeito, parece que o Brasil, seja por apego à legalidade (mesmo a mais depravada), seja por inércia ou comodismo, resolveu aguentar – com o Sr João Goulart na presidência dando uma demonstração da solidez e da resistência das instituições diante das investidas partidas do mais forte de seus três poderes. Que bom proveito lhe faça essa decisão que está custando ao país os maiores sacrifícios em termos de desassossego, de empobrecimento e de desorganização. (GUDIN, 1964, p. 2).

Outros conteúdos publicados na época demonstram que os principais veículos de comunicação deram apoio aberto ao golpe de Estado. O influente diário carioca *Tribuna da Imprensa*,

de propriedade do udenista Carlos Lacerda – uma das principais lideranças civis na articulação do golpe e que acabou tendo seus direitos políticos cassados pela ditadura militar – publicou um artigo na edição de 14 de março de 1964 com ataques a João Goulart após o histórico comício realizado no dia anterior na Central do Brasil. No texto do artigo fica clara a intenção de convencer a opinião pública de que Goulart estava prestes a jogar o país no caos, com a implantação do socialismo, ameaças ao funcionamento de um dos Três Poderes e risco iminente de uma guerra em território nacional.

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores de comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA [Superintendência da Reforma Agrária] ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao acreditar [sic] àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País. (Presidente prevê a revolução e Brizola nôvo Poder, 1964, p. 2).

Nas vésperas do golpe de Estado, jornais importantes publicaram artigos e editoriais que apontavam as políticas do governo Goulart como responsáveis pelo clima de instabilidade econômica e política do país. Alguns “começam a falar em ‘resistência democrática’ ou ‘defesa do regime’, conclamando diferentes atores – por vezes indeterminados – à ação.” (CHAMMAS, 2012, p. 33). O jornal carioca *Correio da Manhã* – que, logo depois do golpe de 1964 e de um atribulado processo de venda e mudanças editoriais, viria a ser um dos maiores opositores da ditadura – publicou um editorial no dia 20 de março de 1964 afirmando que era preciso restituir ao país a tranquilidade e a paz perdidas, mesmo que a custo de medidas autoritárias. E reforça que, caso esse fosse o recurso necessário, a responsabilidade seria dos “radicais”.

Em 31 de março e em 1º de abril o apoio ao golpe ficaria explícito nos dois célebres editoriais publicados pelo *Correio*, na capa das edições, com os títulos “Basta!” e “Fora!”. No primeiro, o jornal tenciona questionar o leitor sobre os limites permitidos à ação do presidente da República, que supostamente estariam sendo transpostos por João Goulart, e suscitá-lo a dar um fim à situação, mostrando que o povo não pode ser enganado por muito tempo.

Até que ponto, o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de Decretos, leis, a função do poder legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até que ponto deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas, por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? Não é possível continuar neste caos, em todos os sentidos e em todos os setores, tanto no lado administrativo, como no lado econômico financeiro. Basta de farsa! Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de

convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade, senão a de enganar a boa fé do povo, que, aliás, não se enganará. (Basta!, 1964, p. 1).

No segundo editorial, o *Correio da Manhã* adota um tom ainda mais agressivo, na tentativa de convencer o leitor de que o presidente da República havia ultrapassado todos os limites toleráveis e que, por esta razão, deveria deixar o cargo. Palavras fortes e um tom imperativo são usados no texto para acusar Goulart, por conta de suas ações no governo, de alta traição à República.

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia! Durante dois anos o Brasil aguentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e insegurança, que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender (Fora!, 1964, p. 1).

A família Marinho, proprietária do poderoso grupo Globo de Comunicação, também se manifestou em aberto apoio ao movimento golpista e aos militares. O editorial “Nação unida às forças armadas”, publicado no jornal *O Globo* no dia 31 de março de 1964, lança mão das ideias de “subversão comunista”, “golpes contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina na Marinha”, “guerra civil” para convencer o leitor que era preciso o povo se unir em apoio às forças armadas porque o país vivia sob o risco de uma “ditadura esquerdista”.

Em meio à luta que vem travando, na defesa de suas corporações - ameaçadas pelos golpes assestados contra a hierarquia, a autoridade e a disciplina, os oficiais brasileiros devem sentir, ao menos, confortados pela solidariedade de todos os setores da vida nacional, com a só exceção daqueles vinculados ao partido comunista e ao processo de destruição do regime. O povo percebe, sem ser preciso explicar-lhe, que ao enfraquecimento e posterior liquidação das Forças Armadas, desaparecerá o grande obstáculo à marcha da subversão comunista. Para o êxito do processo desencadeado pelos vermelhos é indispensável a supressão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Por isso se unam todos os brasileiros democratas, sem distinções partidárias, na esperança de que os fatos que tiveram lugar na Marinha de Guerra não assinalem o início do fim, mas pela indignada e justificada reação que provocaram, signifiquem o fim de um estado de coisas que só nos levam e só podem levar à anarquia e a guerra civil. (...) O País está, realmente, tendo o mais difícil momento de sua História. Não há dúvida de que atingimos a encruzilhada de nossos destinos. Agora se decidirá (...) se uma ditadura esquerdista se apossará do País, graças, principalmente ao enfraquecimento e desaparecimento das Forças Armadas. A nação democrática,

que sempre viu nas Forças Armadas a segurança de que não seriam vitoriosos no Brasil os elementos subversivos que insistem em conduzi-lo contra a sua vocação histórica e suas tradições, recusa-se a admitir a segunda hipótese, e se manifesta em apoio a Marinha de Guerra, vítima, no momento, do mais grave erro cometido pelo Governo. O assunto não é político-partidário. Não se discute, agora, como devem ser feitas as reformas. Não estão em jogos pontos de vistas divergentes a respeito deste ou daquele problema isolado. O que une a todos os democratas, nesta hora, é a convicção de que com o desaparecimento das Forças Armadas significaria a morte do nosso regime político, que já não teria mais quem o defendesse. E como a crise que estourou na Marinha durante a Semana Santa, deixa ver a quantas anda as instituições militares ameaçados em sua integridade, mobilizam-se todos os brasileiros lúcidos e patriotas para impedir que o processo de destruição daquelas corporações seja levado adiante. Todos têm a certeza que o Brasil não poderá mais suportar que à sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente, preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição” (A nação unida às forças armadas, 1964, p. 1).

Dois dias após a derrubada de Goulart, *O Globo* publicava o editorial *Ressurge a democracia*, declarando apoio ao golpe de Estado e colocando os militares como salvadores do Brasil e agentes da “providência divina”.

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor. (Ressurge a democracia, 1964, p. 1).

Nesses e em inúmeros outros momentos do período pré e pós-golpe de 64, a imprensa, em especial os jornais, foram muito além da função de informar, agindo para criar um clima desfavorável ao governo de João Goulart e para preparar o terreno para a tomada do poder pelos militares. Como coloca José D’Assunção Barros, entender o conteúdo de um jornal “como um difusor de discursos e de um processo de comunicação que nada tem de neutro” (BARROS, 2023, p. 12) permite enxergar com clareza que a imprensa é um agente social e político capaz “de interferir na história” (BARROS, 2023, p. 12).

Dois lados de uma mesma moeda

Neste ponto da reflexão proposta neste artigo faz-se necessário destacar que a imprensa não é um corpo homogêneo. A diversidade de atores que nela militam, bem como de posturas, discursos e de interesses – muitas vezes conflitantes – compõem um universo complexo e multifacetado. Dois polos interagem nessa arena política; de um lado estão os donos dos veículos de comunicação e, do outro, os jornalistas que neles atuam.

Os proprietários dos meios de comunicação são empresários com interesses econômicos, que, para defendê-los, agem conforme o momento exige. No contexto do golpe de Estado de 64, a maioria deles aliou-se aos que conspiraram para depor um governo constitucionalmente empossado e fechou os olhos, durante a ditadura, para as arbitrariedades cometidas pelo regime em troca de benefícios para os seus negócios. Estabeleceu-se, assim, a dinâmica da “via de mão dupla”, com o colaboracionismo premiado. Um exemplo foi o fantástico processo de expansão da televisão no Brasil durante o período autoritário. O apoio de grandes grupos de comunicação ao regime foi a moeda de troca para os investimentos estatais que permitiriam a abertura desse grande e novo nicho de mercado.

As telecomunicações foram consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime. Os militares investiram na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas. Em 1968 foi inaugurado um sistema de transmissão de micro-ondas que estendeu o tráfego de ondas de televisão via terrestre para além dos estreitos limites anteriores. Logo depois o governo brasileiro passou a financiar a comunicação via satélite. (HAMBURGER, 1998, p. 454).

O surgimento de grandes redes de televisão, como a Bandeirantes e a Globo, ocorreu justamente no período da ditadura, que, na lógica da via de mão dupla, passou a contar com um poder até então inexistente de atingir as massas.

Em 1981 um acordo da Embratel com as redes Bandeirantes e Globo permitiu às emissoras transmitir sinais abertos para todo o território nacional [...]. É sabido que a Rede Globo foi a maior beneficiária das novas políticas. A nova rede cresceu rapidamente, movida por uma combinação de diversos fatores, como relações amistosas com o regime, sintonia com o incremento do mercado de consumo, uma equipe de produção e administração preocupada em otimizar o marketing e a propaganda, um grupo de criadores de esquerda vindos do cinema e do teatro. (HAMBURGER, 1998, p. 455).

O colaboracionismo interessado, visando à manutenção dos negócios, também existiu por parte dos proprietários dos maiores jornais da época, que, além de terem atuado na campanha de

desestabilização do governo João Goulart durante o processo que culminou no golpe de 1964, também deram sustentação à ditadura militar instaurada depois.

No período de vigência da ditadura, a participação intensa e ativa do *Globo* na construção do regime ditatorial é de inquestionável evidência. Quanto à Folha de S. Paulo, consta que oferecia as suas caminhonetes com o logotipo do jornal para a sinistra Operação Bandeirantes (Oban) estourar os aparelhos das esquerdas, ou para perseguir, ou para espionar os militantes de esquerda. (REIS, 2006, p. 7).

Os jornalistas, por outro lado, tinham um espectro de ação mais limitado, pois estavam submetidos não só às regras do jogo das empresas de comunicação, como também às limitações impostas pelo momento político, especialmente depois da instauração do regime autoritário. Neste polo da imprensa também houve defesa de interesses e atuações questionáveis. Houve jornalistas que apoiaram o regime, ignorando ou negando os crimes cometidos nos porões da ditadura; outros tantos assumiram a prática da autocensura, conformando-se com a situação. Outros mais atuaram com ética nas brechas deixadas pela censura ou pelos interesses dos veículos de comunicação, mesmo correndo risco de perderem o emprego ou, pior, de serem presos pela repressão. Muitos deles, vendo se fecharem os espaços para atuar por conta de suas convicções éticas e políticas, trocaram a grande imprensa pela imprensa alternativa. Alguns, inclusive, passaram a atuar em periódicos que circulavam na clandestinidade. Foi o caso do jornalista Carlos Azevedo, ex-repórter de *Realidade*. Em 1968 ele deixou a revista da editora Abril para assumir o cargo de editor-chefe do *Libertação*, jornal clandestino da Ação Popular (AP), uma das principais organizações da esquerda revolucionária daquele período⁶.

É importante ressaltar que existiram também nuances nos posicionamentos assumidos em relação ao golpe de 1964 e à ditadura militar por cada um dos atores desses dois polos da imprensa. Nuances estas que apontam para o que Pierre Laborier chamou de “pensar duplo”, uma zona cinzenta que define o espaço ambivalente entre os polos favorável e contrário, onde os dois extremos se diluem, podendo alternar posições de apoio e de rejeição, oscilar entre a acomodação e a colaboração. O historiador francês usou o termo num trabalho publicado em 1997, em que problematizou a memória mítica e heroica construída em torno da resistência francesa durante a ocupação nazista.

Inspirado em Primo Levi, conhecido escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz, Laborie sugeriu que a maioria dos franceses viveu os anos da

⁶ No início da década de 1970, dirigentes e militantes da AP analisavam a possibilidade de sua fusão com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que dava início às ações da guerrilha do Araguaia. Em 1971, a organização assumiu a denominação APML (Ação Popular Marxista-Leninista), reflexo da transformação ideológica pela qual passou no período, e, em 1973, a maioria de seus dirigentes e militantes aderiu ao PC do B, enquanto a outra ala buscou reorganizar a APML (DIAS, 2019).

ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. É o que o autor definiu como um modo de *pensar-duplo*, capaz de abrigar escolhas opostas. A maioria dos franceses vivia nesta *zona cinzenta*, território onde as convicções eram frágeis, ambíguas e incertas. (ROLLEMBERG e VAINFAS, 2017, p. 34, grifos dos autores).

Necessário se faz analisar todas as nuances também para que seja superada a ideia simplista de que o censor era “um tirano, um algoz, ou um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função” (KUSHNIR, 2001, p. 36), enquanto o jornalista era um herói que desafiava a censura e a opressão por meio de pequenos ou grandes atos.

Lembrar os jornalistas que resistiram ao arbítrio não pode implicar no esquecimento daqueles – jornalistas e jornais – que estiveram a favor do arbítrio, louvando em suas páginas os grandes feitos dos militares, suas conquistas econômicas e a pacificação do país, celebrando a eliminação dos terroristas e dos maus brasileiros que ameaçavam a ordem e o progresso. Essas palavras eram recorrentes na maior parte da grande imprensa não exclusivamente devido à censura, mas, principalmente, porque seus editores – e leitores – assim viam a realidade. (REIS E ROLLEMBERG, 2009, on-line).

Considerar as diversas nuances de um contexto tão complexo quanto foi o período da ditadura é de grande relevância para problematizar a visão mítica de resistência da imprensa construída a partir de um discurso que destacava o enfrentamento à censura. A imagem desse enfrentamento foi cristalizada por meio da exaltação de ações como “a publicação d’Os Lusíadas, de Camões, nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, ou das receitas culinárias no outro jornal do Grupo da família Mesquita, o *Jornal da Tarde*” (KUSHNIR, 2001, p. 36). Os momentos em que a imprensa conspirou e apoiou os golpistas e a ditadura foram de tal modo recalçados – muitas vezes por meio de um cenográfico pedido de desculpas, como fez o grupo Globo em 2013, quando admitiu que o apoio ao golpe de 1964 foi um erro – que a memória de resistência acabou vencendo a batalha.

Não há como negar que a censura influenciava diretamente os conteúdos publicados. Porém, esse argumento não justifica, por exemplo, o posicionamento dos grandes veículos de comunicação que publicavam versões oficiais dos militares sobre a morte de presos políticos. Inúmeras manchetes noticiaram tentativas de fuga, confrontos a tiros e atropelamentos para explicar a morte de presos políticos, comumente tratados pelos jornais como terroristas. A morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, de 22 anos, que era aluno do quarto ano do curso de Geologia da USP e militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) é um caso típico. Ele foi preso, torturado e morto pelo DOI-CODI, em março de 1973, mas a imprensa noticiou a versão oficial dos órgãos de repressão, como demonstra o trecho de uma matéria publicada pelo *O Globo*.

Os órgãos de segurança revelaram que o terrorista Alexandre Vannucchi Leme, conhecido como “Minhoca”, morreu atropelado por um caminhão quando

tentava fugir ao ser levado por agentes a um encontro com outro terrorista, no cruzamento das ruas Bresser e Celso Garcia [...] Três testemunhas contaram que presenciaram o acidente em que morreu o terrorista. [Uma delas] Alcino Nogueira de Souza, empregado de balcão da Confeitaria Santa Cruz (...), chegou a servir uma cerveja ao terrorista. Viu quando ele olhou para um lado e para o outro, atravessou correndo a rua e foi colhido pelo caminhão. (SUBVERSIVO tenta fugir mas morre atropelado, 1973, p. s/n).

Durante a ditadura militar, a grande imprensa omitiu-se por um período demasiadamente longo diante das denúncias de graves violações dos direitos humanos por parte de agentes do Estado, mesmo quando tais denúncias ressoavam na imprensa internacional. Jornais importantes como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* publicaram editoriais negando as “acusações, atribuindo-as a uma intenção de difamar o regime.” (KUCINSCKI, 1991, p. 46-47). A mudança de postura de apoio para oposição coincide com o recrudescimento da censura, que começou a afetar a produção jornalística, a circulação e, também, o faturamento comercial. Além disso, não era mais possível ignorar que a violência da repressão invadia também as redações, especialmente depois da morte do jornalista Vladimir Herzog, sob tortura, nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, em 1975. Jornais chegaram a veicular a versão forjada pelos militares de suicídio do jornalista, mas tiveram que assumir uma nova posição porque, dali em diante o contexto político tomara um novo rumo.

A morte de Herzog gerou uma onda de protestos que, com o tempo, avolumou-se e forçou a distensão do regime para além dos limites imaginados por Ernesto Geisel e a instituição de uma pauta de abertura política. Não havia mais como manter o apoio à ditadura diante do clamor por democracia que tomara as ruas dali para frente. A agenda de abertura se consolida efetivamente após 1977, e pela “pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem) é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo” (NAPOLITANO, 2014, p. 210).

Resistência por meio da denúncia

A posição de colaboracionismo da grande imprensa com o golpe de Estado e com a ditadura contrasta com a atuação da imprensa alternativa, que prosperou no período autoritário fazendo ostensiva oposição, inclusive no período de mais dura repressão por parte do regime. Durante a ditadura, “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como “imprensa alternativa ou imprensa *nanica*” (KUCINSKI, 1991, p. 5).

O termo *nanica* foi cunhado pelo setor da publicidade por conta do formato tabloide da maioria dos jornais alternativos, que davam destaque a temas considerados “proibidos” por meio de um discurso opinativo e de denúncia, e também do humor e da sátira. A imprensa alternativa agrupava publicações de diversos tipos: jornais de esquerda, revistas de contracultura e publicações de movimentos sociais, incluindo a imprensa estudantil (ARAUJO, 2000). Os principais alternativos que circularam durante a ditadura nasceram ainda na década de 1960, mas os anos 1970 também foram pródigos em novas publicações *nanicas*.

As publicações alternativas constituíram-se, num primeiro momento, em instrumento de resistência e, numa segunda fase, em “caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura.” (KUCINSKI, 1991, p. 7). A atuação dos *nanicos* norteava-se pela “contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação” (KUCINSKI, 1991, p. 6). Os alternativos constituíram-se, portanto, em espaço de organização política e ideológica das forças de oposição à ditadura, especialmente da esquerda perseguida por se opor ao regime e questionar o próprio sistema capitalista. Os alternativos da primeira fase, no pós-golpe de 1964, tiveram existência efêmera, mas a imprensa alternativa se fortaleceria após a derrota da luta armada.

Nessa fase, jornalistas que atuavam na clandestinidade contra a ditadura acabaram migrando para a imprensa alternativa. Foi o caso de Carlos Azevedo, relatado anteriormente, e também de Narciso Kalili, que, como Azevedo, atuava na revista *Realidade*. Os dois, a convite da direção da Ação Popular (AP), deixaram a grande imprensa para produzir o jornal da organização, o *Libertação*, lançado em maio de 1968 e que circulou até 1975. Apesar de funcionar como um meio de comunicação com a militância da AP, o jornal também era voltado ao público em geral. Tanto que a primeira edição foi distribuída em plena Praça da Sé, em São Paulo, num momento de grande turbulência política e nas vésperas da edição do AI-5.

O jornal *Libertação* foi produzido e circulou na clandestinidade na maior parte do tempo de sua existência. No início havia uma certa tranquilidade para sua produção e distribuição, uma vez que o conteúdo de crítica mordaz ao regime ainda era desconhecido pela repressão. Duarte Pacheco Pereira, um dos dirigentes da Ação Popular, em entrevista concedida em 2012, explicou como era simples a logística de produção das primeiras edições do jornal.

No começo dava para se reunir em algumas casas, eu mesmo me reuni com o [Carlos] Azevedo [redator-chefe] na casa da mãe dele, na casa dele próprio quando ele ainda tinha vida legal, e algumas vezes no apartamento do Elifas Andreato [artista plástico], que depois também se aproxima da redação para fazer ilustrações. (PEREIRA, 2012, on-line).

Em entrevista concedida ao portal *Opera Mundi*, o jornalista Carlos Azevedo, editor-chefe do *Libertação*, relata que, depois, quando o periódico foi para as ruas e seu conteúdo passou a ser de conhecimento da ditadura, o processo de produção do jornal tornou-se complexo, envolvendo uma série de estratégias para despistar os órgãos de vigilância e repressão. As reuniões de pauta, por exemplo, eram feitas durante longas caminhadas.

Desenvolvi um sistema chamado Lapa-Penha, que consistia em uma caminhada da Lapa até a Penha e a volta. Esse trajeto nos proporcionava uma reunião de duas horas. Era uma reunião boa. (...) Tínhamos encontros semanais, discutíamos como seria a próxima edição, levantávamos informações necessárias para fazer a matéria. Depois de feita, nos encontrávamos e trocávamos as matérias para fazer as avaliações e correções possíveis, passávamos para os dirigentes que também faziam suas avaliações, só então elas voltavam para a impressão. Tudo isso em encontros clandestinos. (ESTANISLAU, 2018, on-line).

No início, o *Libertação* era mimeografado e alguns anos mais tarde passou a ser impresso em uma gráfica clandestina montada por um casal de militantes da AP, sob supervisão de Duarte Pereira, em um sítio na região de Embu das Artes, atual região metropolitana de São Paulo. Os órgãos de repressão da ditadura buscaram, em diversas operações, localizar essa gráfica, mas nunca obtiveram êxito. A distribuição do jornal também envolvia uma operação cuidadosa e arriscada. Os exemplares saíam do sítio escondidos em veículos lotados de legumes e verduras. Havia um arranjo muito bem organizado para disfarçar as atividades clandestinas no sítio. O local de impressão do jornal era um segredo que poucos conheciam. Um casal era responsável pela gráfica e, de acordo com Carlos Azevedo, “tinha experiência com agricultura; então plantavam legumes e produziam as impressões. Por fim, juntavam os legumes que eles plantavam e os jornais impressos dentro de uma Kombi e levavam até a cidade” (ESTANISLAU, 2018, on-line).

Já na primeira edição, que circulou com a data de 1º de maio de 1968, o *Libertação* trouxe como destaque as greves de trabalhadores contra o arrocho salarial, um tema mais do que proibido durante a ditadura e que incendiaria o cenário político naquele ano. Foram vários os movimentos e protestos de trabalhadores ao longo de 1968. No início de abril aconteceu uma passeata de operários em Santo André, São Paulo, que reuniu perto de 3 mil pessoas; no dia 16, em Contagem, Minas Gerais, começou a primeira greve depois do golpe de 1964: os trabalhadores reivindicavam um reajuste salarial de 25% para recuperar as perdas provocadas pelas políticas econômicas da ditadura. A greve, que durou dez dias, pressionou o general-presidente Costa e Silva, que concedeu reajuste de 10% a todos os trabalhadores brasileiros, contrariando pela primeira vez a política de arrocho salarial da ditadura. No dia 3 de julho a fábrica da Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários de Osasco foi ocupada por 3 mil trabalhadores em protesto.

O 1º de Maio daquele ano também teve manifestações de protesto. Nas comemorações do Dia do Trabalho, quando 20 mil trabalhadores reuniram-se na Praça da Sé, em São Paulo, o governador do estado, Abreu Sodré, teve que deixar o evento sob proteção policial depois de ser alvejado com pedras e paus. Os manifestantes, protestando pelo que chamavam de “festa da ditadura”, ocuparam o palanque das autoridades. A primeira edição do *Libertação* registrou essa movimentação dos operários:

Os operários de Santo André (São Paulo), ao fazerem sua passeata de 4 de abril, e os operários da Belgo Mineira (Minas Gerais), ao fazerem uma greve que começou em 16 de abril, demonstraram que a negação do ARROCHO da ditadura e do imperialismo é a posição correta e o caminho certo para vitórias importantes. (OS TRABALHADORES já estão conseguindo algumas vitórias, 1968, p. 6, destaque do autor).

Fazendo um retrospecto do que vinha ocorrendo no contexto político do país, a primeira edição do *Libertação* fala também da participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964 – “a ditadura militar foi fabricada pelos norte-americanos e seus sócios, os tubarões brasileiros” – e denuncia a crescente exploração do trabalhador brasileiro, exaltando a mobilização nos protestos:

[...] os patrões exploravam à vontade. Quando davam um aumento de salário era para tomar o dinheiro de novo, aumentando os preços. Mas os trabalhadores foram percebendo que estavam sendo enganados. E lutavam cada vez mais. As greves foram aumentando”. (A LUTA dos trabalhadores e as passeatas de abril, 1968, p. 1).

Assumindo posicionamento diametralmente oposto ao da grande imprensa, o jornal denunciava o regime autoritário tanto por suas políticas econômicas, que provocavam o arrocho salarial e aumentavam a pobreza, quanto pelas medidas restritivas impostas à sociedade desde que os militares haviam chegado ao poder.

Como sustentar uma situação de tanta exploração? A ditadura sabe que, apesar de tudo, a qualquer momento o trabalhador enfrentará esse estado de coisas. Por isso, impôs ao povo uma Constituição fascista, que proíbe até as eleições corruptas que ela mesmo fazia. Arranjou uma lei de Segurança Nacional que diz ser crime tudo que é contrário à ditadura. E uma Lei de Imprensa que deixa os jornais serem vendidos aos imperialistas e sufoca qualquer protesto que chegue às redações. (A LUTA dos trabalhadores e as passeatas de abril, 1968, p. 4).

O AI-5 recrudesce o regime

As greves e as manifestações se estenderam por todo o ano de 1968. Em dezembro, veio o Ato Institucional nº 5, o golpe mais duro do regime autoritário nas liberdades política e de expressão. As medidas do AI-5 atingiram em cheio a grande imprensa. No princípio, adaptando-se rapidamente à situação, os grandes veículos demitiram jornalistas mais combativos e críticos da

ditadura. Porém, jornais que mantinham uma linha mais contestadora foram duramente atingidos. Foi o caso do *Correio da Manhã*, que apoiou o golpe civil-militar, mas logo depois tornou-se uma voz solitária de oposição na grande imprensa. Por resistir às investidas do governo ditatorial, teve diretores presos, edições apreendidas, a sede ocupada, até pedir concordata e ser arrendado para terceiros (KUCINSKI, 1991).

O jornal *Libertação* continuou fazendo corajoso enfrentamento aos militares. A edição número 12, datada de 15 a 31 de dezembro de 1968, faz um retrospecto das ações de luta dos trabalhadores naquele ano. E, novamente, denuncia a ditadura, desta vez pela morte de estudantes, operários e trabalhadores nos protestos, e também pela tortura dos que foram presos. O jornal afirma ter sido a força do AI-5 a única resposta que a ditadura conseguiu dar porque “não aguentou quando o povo, que é forte de verdade, recomeçou suas lutas, que estavam paradas desde o golpe de 1964” (A DITADURA está sozinha, 1968, p. 2). Mais adiante, o jornal coloca: “Esse novo golpe da ditadura mostra claramente que a luta pela nossa libertação vai ser mais longa e difícil e que a ditadura só vai ceder o poder ao povo depois que for completamente derrotada” (O caminho é a guerra popular, 1968, p. 3).

Também na edição de 15 a 31 de dezembro, o *Libertação* denunciou o crime cometido pela polícia contra o líder camponês maranhense Manoel da Conceição⁷. Ao resistir a uma invasão da polícia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do município de Pindaré Mirim, o sindicalista foi atingido no pé por tiros de fuzil e mesmo assim foi preso, ficando seis dias detido sem assistência médica, o que levou à amputação de sua perna direita devido a uma infecção. Confrontando a repressão da ditadura, o jornal descreve a recepção que o líder sindicalista teve ao voltar para sua região, que se transformou num ato de protesto e luta dos trabalhadores rurais.

No dia 13 de julho deste ano, a polícia do governador Sarney, o agente da ditadura no Maranhão, cometia mais um crime contra o povo: deu cinco tiros no pé do líder camponês Manoel da Conceição e prendeu Conceição por três dias sem tratamento médico. Sua perna apodreceu e teve de ser cortada. A revolta popular em todo o Maranhão foi tão grande que o Sarney teve de voltar de seu passeio ao Japão com medo de cair do cavalo. A notícia do crime se espalhou pelo país servindo aos trabalhadores para desmascarar mais uma vez essa ditadura reacionária que está no poder a serviço do imperialismo e de seus aliados internos, os latifundiários e os grandes patrões ligados ao imperialismo (...) No dia 29 de setembro, Manoel da Conceição voltou ao vale do Pindaré. Mais de 2 mil camponeses foram recebê-lo. Tinha camponês que viajou 17 léguas (102 quilômetros) para receber seu companheiro. Três passeatas de camponeses entraram na cidade de Santa Inês por três lados cantando ‘camponeses unidos no

⁷ Manoel da Conceição, falecido em 18 de agosto de 2021, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pindaré Mirim em fevereiro de 1964, tornando-se alvo de perseguição dos latifundiários da região. Foi um símbolo da resistência à ditadura militar e da luta pela democracia, tendo sido perseguido, torturado e exilado, permanecendo em Genebra, na Suíça, por mais de três anos. Conceição voltou ao Brasil em 1979, depois da anistia, e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

sindicato?. Estavam armados com suas foices levantadas para o alto e carregavam muitas faixas em que diziam: “abaixo as cercas”; “a terra é livre”; “gado comeu roça, come bala”; “camponeses unidos no sindicato”; “camponeses unidos em defesa da produção”. Os representantes da ditadura em Santa Inês, os exploradores do povo, tremeram de medo ao verem os camponeses e ouvir suas canções de luta. (VIVA a luta dos camponeses do Vale do Pindaré, 1968, p. 4-5).

Em janeiro de 1970, veio o Decreto-Lei nº 1077, que aprofundou o golpe contra a liberdade de expressão com a instituição da censura prévia sobre a imprensa. As redações passaram a conviver com a rotina de ter uma equipe de censores militares responsável por decidir o que poderia ser divulgado ou de enviar os materiais produzidos antes de serem publicados para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília. A censura prévia representou uma mudança no espectro de atuação da grande imprensa: se até então os veículos de comunicação apoiadores da ditadura contavam com uma certa liberdade de ação, agora estes também eram vigiados de perto.

A introdução de censura prévia regular em *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, em agosto de 1972 [...] reforçou o poder dissuasório do sistema sobre os demais veículos, que docilmente passaram a se autocensurar. Os dois diários da família Mesquita foram submetidos à censura prévia porque expressaram uma dissidência no interior do sistema de poder. Os demais jornais acomodaram-se e se autocensuravam regularmente orientados por bilhetinhos ou telefonemas da Polícia Federal. [...] Deu-se uma tal conivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici, [...] que o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de persuasão. (KUCINSKI, 1991, p. 46).

A segunda geração de publicações alternativas surge justamente neste cenário de fechamento dos espaços para o jornalismo crítico na grande imprensa (KUCINSKI, 1991). No início da década de 1970, a conjuntura era de despolitização, com a ARENA, partido que dava sustentação política à ditadura, vencendo as eleições municipais, e o MDB, a oposição autorizada pelos militares, perdendo para o número de votos brancos e nulos.

Nas universidades, com a constante vigilância e o controle ideológico por parte do regime, o movimento estudantil buscava reinventar sua ação política, uma vez que as ostensivas manifestações políticas ocorridas até 1968 foram inviabilizadas devido à violenta repressão policial. Professores também foram perseguidos pela repressão, muitos intelectuais acabaram sendo afastados das universidades e acabaram criando centros de pesquisa independentes. Deste meio surgiram personagens importantes que, ao lado de jornalistas que deixaram a grande imprensa e de ativistas políticos, fundaram o jornal alternativo *Opinião*. De 1968 a 1973 nasceram cerca de vinte jornais alternativos, “entre eles cinco dos mais influentes: O Pasquim (1969), Bondinho (1970), Politika (1971), Opinião (1972), Ex (1973)”, (DAEFIOL, 2022, p. 53).

A partir de 1974 ocorre uma multiplicação das publicações da imprensa alternativa. Surgem jornais importantes como *Versus* e *Movimento* e em 1975 nasce uma nova geração de jornalistas alternativos nas redações das publicações *De Fato* e *Coojournal*. Os jornais alternativos, nesta fase, foram alvo de forte ação da censura em virtude da crítica mordaz ao regime contida nos conteúdos publicados. Mesmo com o recrudescimento da censura, as publicações alternativas encontravam caminhos para driblar a vigilância e passaram a desempenhar um importante papel, pois não eram apenas “símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” (KUCINSKI, 1991, p. 52).

As publicações *namicas* prosperaram e se multiplicaram no país no vácuo do silêncio da imprensa tradicional sobre os abusos e as torturas praticadas nos porões da ditadura e do apoio que os grandes veículos davam às medidas econômicas dos governos militares, tornando-se espaço de debate das questões nacionais nos anos 1970.

(...) as principais questões políticas e teóricas, as grandes polêmicas, as tendências artísticas e culturais — tudo está nas páginas da imprensa alternativa. Da dívida externa à reforma agrária; das grandes campanhas nacionais (como a luta pela anistia, por eleições livres e diretas, pela constituinte, contra a carestia) ao boom da literatura latino-americana; dos debates sobre o aborto e sobre a sexualidade à luta contra a tortura. A imprensa alternativa nos traz também o confronto entre dois tipos de esquerda: a tradicional e a alternativa; entre duas formas de se encarar a política. Entre duas utopias. (ARAUJO, 2000, p. 33).

A imprensa estudantil, vertente da imprensa alternativa, também teve posição de destaque como voz de resistência à ditadura neste período. Assim como ocorria com as publicações alternativas, os jornais estudantis transformaram-se em palco de ação política, denunciando os abusos e reivindicando a volta das liberdades cerceadas pela ditadura por meio de uma linguagem quase sempre irreverente, do humor, de um visual gráfico ousado e, muitas vezes, até agressivo.

As capas dos jornais costumavam trazer desenhos, caricaturas que evidenciavam o conteúdo crítico ao regime, como o jornal *Imprensa Universitária* da USP, assinado pela Comissão universitária, que, em seu primeiro número, de outubro de 1975, trouxe “apenas” mãos negras com os punhos trancados por uma algema que se partia. O conteúdo das quatro páginas se referia às movimentações da greve geral feita pelos estudantes da USP quando da morte do professor e jornalista Vladimir Herzog. (MÜLLER, 2010, p. 80).

Após o recrudescimento do regime, a imprensa estudantil foi um importante instrumento de ação política e constituiu-se num meio de os estudantes se fazerem representar na arena política e continuar resistindo, uma vez que as formas tradicionais de luta do movimento estudantil já não eram mais possíveis. A imprensa estudantil floresceu durante os anos mais duros da repressão nas universidades e faculdades brasileiras, conferindo identidade e organização a uma luta que, a partir

das restrições impostas pela legislação autoritária e da conseqüente desarticulação das organizações representativas dos estudantes, passou a ser clandestina. A expressão de ideias, posicionamentos políticos e ideologias por meio das publicações estudantis foi uma forma de ativismo político neste período de clandestinidade.

O potencial de mobilização política da imprensa estudantil era reconhecido pela ditadura militar. Em sua tese de doutorado, a historiadora Angélica Müller pesquisou relatórios dos órgãos de repressão que demonstram que o regime não só vigiava as publicações estudantis, como também as considerava potencialmente “perigosas”. Müller cita o ocorrido com um jornal estudantil do Rio de Janeiro, apreendido pela repressão e analisado por quatro instâncias da DOPS até chegar ao diretor da delegacia, que concluiu que “o material apreendido não era simplesmente um jornal, mas um movimento político” (MÜLLER, 2010, P. 90).

Considerações finais

A memória que atribui à imprensa uma atuação combativa e de resistência à ditadura foi construída pelos próprios veículos de comunicação, em especial na efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar que jogou o Brasil no regime autoritário que durou 21 anos.

Essa construção se processou por meio de um apagamento da atuação dos principais veículos de comunicação no período que antecedeu o golpe de Estado de 1964, quando a grande imprensa apoiou não só o movimento conspiratório que resultou na queda do governo constitucional de João Goulart, como também a ditadura instalada logo depois.

A despeito de pedidos tardios de desculpas, essa memória que se buscou cristalizar não resiste ao exercício de análise das fontes, neste caso, material produzido e publicado pela própria imprensa na época estudada.

Como fazer “defeitos na memória” (ALBUQUERQUE JR., 2012) é uma das funções da escrita da história, este artigo buscou, por meio da metodologia de análise das fontes, contribuir para a problematização da ideia de que existiu uma relação de vítima e algoz na atuação da imprensa durante a ditadura.

As fontes, materiais produzidos pela própria imprensa, demonstram que a relação dos veículos de comunicação com os governos autoritários foi muito mais complexa e permeada por ambigüidades. Nesta zona cinzenta, alternaram-se comportamentos de apoio aberto, conivência e oposição – neste caso, quando não havia mais como se enfileirar entre os apoiadores de um regime que praticava crimes e caminhava para o fim.

As disputas de memória e pela representação do passado recente são elementos inerentes ao trabalho de quem se dedica à História do Tempo Presente. Diante desse embate, como coloca

Carlos Fico, o historiador não tem como definir o que é a “verdade histórica”, mas pode “estimular a reflexão sobre a multiplicidade de interpretações possíveis” (FICO, 2012, p. 48).

Fontes:

A DITADURA está sozinha. **Libertação**, São Paulo, 15 a 31 dez. 1968.

A LUTA dos trabalhadores e as passeatas de abril. **Libertação**, São Paulo, 1º maio 1968.

A NAÇÃO unida às forças armadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964.

BASTA!. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 de mar. de 1964.

FORA!. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1º abr. 1964.

GUDIN, E. Mais um ano de consulado Goulart. **O Globo** [Reproduzido por Diário do Paraná, 7 de janeiro de 1964, p. 2], Rio de Janeiro, 3 jan. 1964.

O CAMINHO é a guerra popular. **Libertação**, São Paulo, 15-31 dez. 1968.

OS TRABALHADORES já estão conseguindo algumas vitórias. **Libertação**, São Paulo, 1º maio 1968.

PRESIDENTE prevê a revolução e Brizola nôvo Poder. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 14-15 mar. 1964.

RESSURGE a democracia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1964.

SUBVERSIVO tenta fugir mas morre atropelado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mar. 1973.

VIVA a luta dos camponeses do Vale do Pindaré. **Libertação**, São Paulo, 15-31 dez. 1968.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JR., D. M. Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In: GOLÇALVES, M. A., et al. *Qual o valor da História hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 37.

ARAÚJO, M. P. N. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 33.

BARROS, J. D. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Vozes, 2023.

CAZES, L. Daniel Aarão Reis: As conexões civis da ditadura brasileira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2014

CHAMMAS, E. Z. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012. p. 33.

DAEFIOL, R. C. “Com a imprensa e com tudo”: de João Goulart (1961-1964) a Dilma Rousseff (2015-2016), o papel da mídia na descredibilização da política. *Boletim do Tempo Presente*, s.l., v. 10, p. 27-41, Ago. 2021. p. 29.

_____. *O Brado Universitário: “Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?” A imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Edições Diálogos, 2022. p. 53.

DIAS, R. B. *Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade*. 2ª ed. Maringá: EDUEM, 2008. p. 39.

_____. A Ação Popular (AP) nos processos judiciais reunidos pelo Projeto “Brasil: Nunca Mais”. *Diálogos*, Maringá, 2019. p. 113.

DREIFUSS, R. A. *1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. pp. 244-245.

ESTANISLAU, L. Libertação: o jornal da luta clandestina da AP (Ação Popular) contra a ditadura. **Opera Mundi/UOL**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/memoria/48874/libertacao-o-jornal-da-luta-clandestina-da-ap-acao-popular-contr-a-ditadura>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, p. 29-60, 2004.

_____. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis – o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan./jun. 2012. p. 48.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico [entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. Entrevistadores: Sílvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer, Reinaldo Lindolfo Lohn. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, Jul./Dez. 2013. p. 473.

HAMBURGER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCS, L. M. *A história da vida privada no Brasil*, volume 4. São Paulo: [s.n.], 1998. p.p. 454-455.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo : Página Aberta , 1991. pp. 5-7; 40; 46; 52.

KUSHNIR, B. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 428p. 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2001. p. 36.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, s.l., v.14, n.2, 2020. p. 98.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. 267f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São. São Paulo; Paris. 2010. p. 191.

NAPOLITANO, M. *1964, história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 210.

PEREIRA, D. Resistir é preciso. **Youtube**, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ls6FYTqDG_c&t=4s>. Acesso em: 03 fev. 2022.

REIS, D. A. *Ditadura militar e revolução socialista no Brasil*. VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras. Niterói: [s.n.]. 2006. p. 7.

REIS, D. A.; ROLLEMBERG, D. *Censura nos meios de comunicação*. Memórias reveladas, 2009. Disponível em: <<http://memoriasreveladas.gov.br/campanha/censura-nos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 31 março 2021.

ROLLEMBERG, D.; VAINFAS, R. Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra. **Revista de História (USP)**, São Paulo, n. 176, p. 1-36, dez. 2017.

Recebido em: 05.12.2022

Aprovado em: 02.05.2023